

Capítulo 14. A Agroecologia no Estado de Mato Grosso do Sul

Milton Parron Padovan
Tércio Jacques Fehelauer
Mário Artemio Urchei
Adilson Nascimento dos Santos
Liliane Aico Kobayashi Leonel

Introdução

O modelo agrícola e agrário de Mato Grosso do Sul, pautado na utilização de insumos químicos e moto-mecanização, tem se caracterizado pela predominância de solos degradados, cursos d'água contaminados e/ou alterados, destruição da biodiversidade, mercados oligopolizados, alimentos contaminados e com baixa qualidade nutricional, concentração de terra e renda, exclusão social e falta de perspectivas de desenvolvimento no campo e na cidade.

Atualmente, cerca de 82% da área cultivada no Estado é representada por apenas três atividades: pastagem, soja e milho, onde a pecuária de corte é a atividade predominante.

É nesse contexto de concentração de terras e meios de produção que estão inseridos, atualmente, cerca de 40.000 agricultores familiares, das quais 16.000 famílias são oriundas de 117 assentamentos de projetos de reforma agrária (Idaterra, comunicação interna).

Apesar da forte influência do modelo dominante de produção e comercialização, mobilizações no sentido de buscar modelos alternativos e mais sustentáveis de produção agropecuária vêm ocorrendo por diferentes iniciativas, como movimentos sociais, fóruns interinstitucionais, organizações de agricultores familiares, universidades, instituições de pesquisa e órgãos governamentais.

Desenvolvimento da agroecologia no Estado de Mato Grosso do Sul

Conforme citado anteriormente, podemos identificar dinâmicas de duas naturezas de promoção da agroecologia no Estado de Mato Grosso do Sul: uma proveniente das ações governamentais e outra originada da sociedade civil e dos movimentos sociais. Essas duas dinâmicas se inter-relacionam em diversos momentos e se complementam, apesar de se encontrarem, de maneira geral, desarticuladas.

Experiências Institucionais

No âmbito governamental, destacam-se as ações do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS - Idaterra, com o Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia e o Projeto de Certificação e Comercialização de Manga Orgânica das Aldeias Terena; o "Componente Indígena" do Programa Pantanal, coordenado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA, que se propõe a desenvolver ações sob bases agroecológicas; e o trabalho do Núcleo de Agroecologia.

O Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia teve início em 1999, apesar de ter sido formalizado apenas em 2001, e foi concebido para beneficiar diretamente agricultores familiares, horticultores urbanos, comunidades indígenas e quilombolas, bem como, indiretamente, a sociedade em geral. Esse Programa compreende um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a coordenação do Idaterra, com o objetivo de "promover a reflexão para uma nova práxis social, ambiental, econômica e tecnológica dos agentes envolvidos no desenvolvimento rural, buscando contextos de sustentabilidade, equidade social, desenvolvimento cultural e de qualidade de vida para a agricultura familiar de MS".

O Programa Estadual de Agroecologia foi concebido em atendimento às demandas apresentadas pelos agricultores familiares¹ e suas organizações durante o "I e o II Seminário Estadual da Agricultura Familiar de MS", atuando em parceria com as seguintes instituições: Escola Família Agrícola, Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul - COAAMS, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Departamento dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores - DTR-CUT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Fetagri, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Secretaria de Estado da Produção, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, prefeituras municipais, associações de agricultores orgânicos, Arcoporã e Organizações Não Governamentais ligadas ao setor agropecuário.

Várias ações inerentes ao programa, voltadas principalmente aos técnicos e agricultores, já foram implementadas e diversas experiências de agroecologia podem ser encontradas em diferentes regiões do Estado, sendo que algumas encontram-se em estágio mais avançado e a maioria em fase embrionária. Muitas metas estabelecidas pelo programa ainda não foram implementadas, pois a conjuntura política estadual não proporcionou, até o momento, a necessária continuidade do diálogo entre agricultores familiares e suas organizações com o governo do Estado para a concretização das ações previstas no Programa. O próprio governo do Estado, através dos órgãos responsáveis, ainda não internalizou, na prática cotidiana, a agroecologia como um componente estratégico para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Os instrumentos de organização existentes no Estado como o "Fórum da Terra" e o "Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural", têm-se envolvido com as agendas mais tradicionais dos agricultores, tais como os conflitos agrários, o crédito rural, infra-estrutura nos assentamentos (água e energia elétrica), deixando para um segundo plano² questões estratégicas, como a necessidade do Estado apoiar um outro modelo de desenvolvimento rural.

Nesse sentido, verifica-se que o Programa Estadual de Agroecologia ainda não se constitui numa política pública concreta de governo, sendo que a maior parte das ações desenvolvidas decorrem de esforços individuais, com insuficiente respaldo institucional.

No âmbito da discussão com os agricultores sobre a agroecologia, o Idaterra tem promovido seminários em todo o Estado atingindo, aproximadamente, 1.000 pessoas. Dentre as ações desenvolvidas como parte do programa, destaca-se a realização de cursos sobre agroecologia, destinado a técnicos e agricultores; excursões técnicas dentro e fora do Estado; formação e organização de associações e feiras de produtos orgânicos; publicação de materiais de apoio e divulgação; articulação e organização do "I Seminário Estadual de Agroecologia"; incremento nos trabalhos de pesquisa sob bases agroecológicas; articulação para a participação de agricultores e técnicos em eventos de repercussão nacional; apoio às atividades de produção orgânica em certificação no Estado, como café, feijão, manga e hortaliças, entre outras.

¹ Aqui empregamos agricultores familiares para nos referir a pequenos produtores das colônias da Era Vargas, a assentados da Reforma Agrária, a pequenos produtores tradicionais do entorno dos latifúndios, e a pequenos chacareiros e horticultores do entorno das cidades que se ocupam principalmente da produção de alimentos.

² Há que se considerar que um diálogo dessa natureza (longo e difícil) pressupõe uma leitura mais profunda sobre a questão do desenvolvimento e uma opção política firme no sentido de romper com uma intervenção desenvolvimentista do Estado. O governo estadual (até pela contingência de sua economia baseada no binômio carne-soja) tem um viés fortemente desenvolvimentista, dialogando com os movimentos sociais de uma maneira populista e atendendo apenas suas demandas mais imediatas.

Os técnicos do Idaterra têm colaborado com algumas ações concretas relacionadas à agroecologia no Estado de Mato Grosso do Sul. Uma experiência muito interessante foi realizada pelas Aldeias Indígenas Terena em conjunto com o Idaterra. Consultores e técnicos do Instituto, durante seu trabalho rotineiro de campo junto às Aldeias Terena,³ observaram a grande quantidade de mangueiras existentes nas aldeias. A produção das mesmas, segundo as observações dos técnicos, era vendida para atravessadores que levavam as mangas para os Ceasas (principalmente do Rio de Janeiro), pagando preços irrisórios pela produção. Também observaram que o sistema em que os indígenas cultivavam as mangas poderia ser classificado como orgânico. Iniciou-se uma articulação para a certificação da produção como orgânica, pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural - IBD, e sua comercialização para uma empresa que trabalha com polpas de frutas.

Esse processo de negociação entre os compradores e as aldeias foi acompanhado pelos técnicos do Idaterra. Com isso, os preços recebidos pelas aldeias foram significativamente mais elevados que aqueles pagos pelos atravessadores.

Atualmente, o projeto vive um impasse, visto que em se tratando de uma ação dessa natureza são muitos os aspectos que devem ser trabalhados (implicações antropológicas das interações indígenas x mercado, indígenas x certificação, indígenas x assistência técnica, indígenas x produção). Por um lado, as exigências do mercado não respeitam o tempo e os valores dos indígenas; por outro, os indígenas não internalizam a complexidade das regras que envolvem os mercados, complexidade essa dentro de uma racionalidade diferente da sua.

Outra experiência relevante diz respeito ao Programa Pantanal (Plano de Ações Sócio-Ambientais em Áreas Indígenas da Bacia do Alto Paraguai - BAP-MS) e refere-se a um projeto de Agroecologia nas Aldeias. O "Componente Indígena", como é chamado, é um processo de diálogo de equipes interdisciplinares (agrônomos, antropólogos, biólogos, engenheiros florestais, educadores e comunicadores) com aldeias situadas na BAP⁴, procurando resgatar conhecimentos agrícolas tradicionais sustentáveis e apresentar, também, alternativas de manejo sustentável de agroecossistemas aportados pela agroecologia.

O Componente Indígena tem enorme potencial, haja vista a maneira inovadora com que o Estado se propõe a construir essa política pública. O caráter essencialmente dialógico e o aporte de recursos e pessoal são fundamentais para gerar conhecimentos e condições de sustentabilidade nas aldeias. O Programa Pantanal é uma parceria entre Governo Estadual e Federal, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Dentro do Componente Indígena é fundamental a parceria com Organizações Não Governamentais - ONGs e a participação, em Conselhos Gestores, dos representantes das aldeias.

A experiência do Núcleo de Agroecologia, que é um fórum de intercâmbio entre instituições públicas (Embrapa Agropecuária Oeste, Idaterra, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UEMS e prefeituras municipais) em conjunto com organizações de agricultores familiares, iniciou-se em fevereiro de 2001. Um dos principais objetivos do Núcleo de Agroecologia é incrementar a agricultura ecológica no Estado de Mato Grosso do Sul, na perspectiva de uma visão sistêmica, integrada ao meio ambiente, democrática, participativa e que leve em consideração aspectos políticos, econômicos e sociais. Para isso, o Núcleo definiu algumas diretrizes e estratégias de ação, sendo as principais: a) qualificar e capacitar técnicos e produtores; b) organizar as experiências e iniciativas existentes no Estado, através da catalogação das mesmas; c) viabilizar ações de pesquisa em rede e de forma participativa; d) implantar unidades experimentais participativas; e) desenvolver um trabalho de divulgação da agricultura orgânica junto aos consumidores; f) qualificar técnicos locais para a certificação de produtos orgânicos; g) procurar alternativas para viabilizar a comercialização de produtos orgânicos no Estado; e h) buscar formas de financiamento da pesquisa em agricultura orgânica.

Apesar de várias ações já terem sido desenvolvidas, o Núcleo enfrenta uma certa dificuldade de articulação, uma vez que o envolvimento das instituições ainda é muito incipiente, ficando, muitas vezes,

³ Terena é uma das cinco etnias indígenas que ainda existem em Mato Grosso do Sul. Pertence ao grupo lingüístico Arawak e se divide em 20 aldeias e dois municípios, contando, atualmente, com uma população de aproximadamente 20.000 pessoas.

⁴ A BAP possui uma área de 207.249 km², onde será desenvolvido o Programa Pantanal.

restrito a iniciativas individuais. Além disso, o Núcleo de Agroecologia atua de maneira informal, uma vez que não tem personalidade jurídica. Com isso, muitas vezes não há recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento e execução das ações propostas.

Experiências de Agricultores e Movimentos Sociais

Quanto a experiências concretas de produção agroecológica, surgiram várias iniciativas de produtores, atuando de forma isolada, e outros vinculados a associações e/ou a movimentos sociais, porém, desarticuladas e restritas, na maioria das vezes, à dimensão da produção.

No âmbito das dinâmicas da sociedade civil e dos movimentos sociais na promoção da agroecologia, podemos destacar duas experiências significativas: os assentamentos novos, que buscam desenhar e implantar sistemas de produção baseados na agroecologia; e o trabalho de agricultores familiares de Glória de Dourados, Dourados e do entorno de Campo Grande (Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul - APOMS, Associação Agroecológica da Região de Dourados - Verde Vida e Associação Campograndense dos Pequenos Produtores de Hortaliças, Frutas e Ervas Medicinais - Aspargo).

De modo geral, os movimentos sociais de luta pela terra (MST e o DTR-CUT) capacitam suas lideranças para realizar a discussão da agroecologia com os acampados e assentados. Percebe-se que há uma crescente preocupação dos movimentos para que os novos assentamentos implantem unidades de produção baseadas em sistemas agroecológicos.

Nesse sentido, podem ser destacados dois exemplos de assentamentos recentes. O primeiro é o assentamento Dorcelina Folador, localizado em Ponta Porã, MS, ligado ao MST, instalado em 2001. Nessa nova comunidade, das 270 famílias, 141 implantaram lavouras com a cultura de feijão em sistema orgânico em lotes de 1 ha, em média, que estão sendo manejados sem uso de agroquímicos, visando à certificação, no futuro.

O segundo é o assentamento Sebastião Rosa da Paz, localizado em Amambai, MS, ligado ao DTR-CUT. Este assentamento, de 50 famílias, discutiu, desde sua implantação, a questão do modelo tecnológico. O assentamento foi implantado em meados de 2001 e hoje já produz sementes de milho crioulo e está instalando sistema de bovinocultura de leite à base de pasto, sem uso de agroquímicos. Destacam-se também outros assentamentos, como o Terra Solidária, implementado em 2001, em Sidrolândia.

Outro exemplo relevante tem sido a atuação da APOMS, com sede em Glória de Dourados, na região sul do Estado. Essa Associação tem desenvolvido um amplo trabalho de organização e estímulo à produção agroecológica no Estado. Inicialmente, tem atuado, com maior ênfase, na produção de café orgânico, onde um grupo de produtores já conseguiu a certificação do seu produto pelo IBD, possuindo um café de alto padrão de qualidade, o qual será destinado, prioritariamente, à exportação.

Destacam-se, também, alguns grupos de horticultores de Dourados e Campo Grande, que são os dois municípios de maior população de Mato Grosso do Sul. Esses grupos de agricultores estão organizados através da Verde Vida e da Aspargo, as quais vêm desenvolvendo experiências de produção orgânica e venda direta de sua produção aos consumidores de suas respectivas cidades.

Em Dourados, os horticultores vêm, há algum tempo, produzindo de maneira orgânica, orientados pelos técnicos do Idaterra. A produção é comercializada na Feira do Produtor, no centro da cidade, implementada em 2000, como parte do Programa Estadual de Agroecologia.

A Aspargo, apesar de não ser ligada a movimento de luta pela terra, vem organizando um grupo de horticultores de Campo Grande e articulou junto ao governo do Estado a compra de uma área para a Reforma Agrária, localizada no município de Rochedo, a 35 km de Campo Grande, onde parte dos seus associados está sendo assentada. Esses horticultores desenvolviam suas atividades em áreas urbanas e periurbanas, cedidas em regime de comodato e se viram em situação de risco quando foram despejados. Diante dessa situação, a Associação procurou o Governo do Estado, que destinou uma área comprada no âmbito do Programa Estadual de Reforma Agrária, para o assentamento das famílias. Hoje, o projeto está

iniciando como um assentamento destinado a horticultores, com promissores resultados. Já são comercializados vários produtos na cidade de Campo Grande, MS.

Além dos exemplos citados anteriormente, existem ainda outras iniciativas caminhando em direção à agroecologia em Mato Grosso do Sul. Porém, todas estão desarticuladas. Nesse sentido, é necessário organizar um processo mais consistente de consolidação da agroecologia no Estado face ao modelo agrícola dominante.

Algumas Dificuldades e Obstáculos das Experiências Sobre a Agroecologia no Estado

Os assentamentos rurais enfrentam, no período inicial, o desafio de desenhar e implantar unidades de produção que sejam sustentáveis social, ecológica e economicamente. Apesar da elevação contínua da tomada de consciência quanto à necessidade de modelos agrícolas sustentáveis, os agricultores têm dificuldades em planejar e implantar sistemas com essas características. Uma das dificuldades reside na insuficiência da assistência técnica oficial e assessoria adequada às suas necessidades, em busca de um novo modelo de desenvolvimento. O grande desafio é como utilizar os recursos encontrados na parcela recebida, de forma a não degradá-la e obter êxito econômico capaz de sustentar a família e suas necessidades.

No campo da pesquisa e do conhecimento, o Estado encontra-se totalmente desarticulado. As poucas ações de pesquisa em desenvolvimento estão sendo implementadas, em sua maioria, através de projetos pontuais, por intermédio do Idaterra, da Embrapa Agropecuária Oeste e de algumas universidades.

Através do Núcleo Estadual de Agroecologia, estão sendo discutidas formas para promover a interação entre as instituições que atuam em pesquisa no Estado. Recentemente, foi criado um "Grupo de Pesquisa em Agroecologia", o qual foi cadastrado no CNPq. Entretanto, as discussões para o planejamento de ações conjuntas ainda encontram-se em estágio inicial.

O Idaterra está se articulando internamente para aumentar a equipe de pesquisadores, visando incrementar os trabalhos com agroecologia e já identificou algumas prioridades de linhas de atuação, como: melhoramento genético de plantas, com ênfase no resgate de germoplasmas; avaliação de sistemas de consórcios e rotação de culturas; adubação verde; sistemas alternativos de irrigação; estudos envolvendo insumos agrícolas de origem orgânica, tanto na produção de adubos, quanto no controle de insetos pragas e doenças de plantas, além da realização de monitoramento científico de sistemas orgânicos de produção de agricultores familiares.

O grande desafio da agroecologia, no campo econômico, é ganhar expressão na produção do Estado de Mato Grosso do Sul. Essa condição, com certeza, deixaria o governo estadual mais confortável para dirigir políticas públicas nesse sentido. O primeiro passo já foi dado, pois nesta safra (2002) um grupo de agricultores da região de Glória de Dourados, associados da APOMS, já colheram 700 sacas de café orgânico, de alto padrão de qualidade, certificado pelo IBD, encontrando-se pronto para a venda ao mercado internacional.

No campo ideológico, concernente à construção de identidades e de valores, pode-se destacar as experiências organizativas das mulheres trabalhadoras rurais, através do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR, que vem se organizando em diversas regiões do Estado, e o trabalho da juventude rural.

Com relação aos jovens, há experiências interessantes no sentido de estimulá-los a desenvolver a consciência da importância de permanecerem no campo. Nesse sentido, o Idaterra já realizou vários seminários voltados à juventude rural, visando discutir alternativas de produção, formas de lazer, educação e resgate da dignidade de viver no campo. O evento mais recente nessa linha foi realizado no mês de agosto de 2002, em Campo Grande, com a participação de 220 jovens oriundos de todas as regiões do Estado.

Por outro lado, deve-se ressaltar que a agricultura familiar foi sempre marginalizada pelas políticas públicas. A agricultura ainda cumpre um papel para o Estado de gerador de divisas, com a finalidade de honrar seus compromissos como grande produtor e exportador.

O segmento da agricultura familiar no Estado está bastante desarticulado. O Fórum da Terra, que reúne as principais organizações de trabalhadores rurais de MS, é um importante espaço de articulação e precisa avançar para ganhar peso político no cenário estadual. Por outro lado, os próprios movimentos não estão conseguindo se articular satisfatoriamente, face à insuficiência de militantes engajados para fazer frente a todas as demandas dos agricultores.

Propostas de Políticas Públicas que Emergem das Experiências de Promoção da Agricultura Familiar com Base na Agroecologia

- Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia - um conjunto de ações (cursos, seminários, atividades de fomento, microcrédito, assistência técnica e unidades demonstrativas) desenvolvidas junto a comunidades de agricultores familiares, coordenado pelo Idaterra.
- Programa Pantanal (Componente Indígena) - proposta de trabalho de equipes interdisciplinares junto às aldeias indígenas da Bacia do Alto Paraguai, coordenado pela SEMA.
- Programa Estadual Assentamento Vivo - um programa de infra-estrutura e fomento que, em alguns momentos, tem servido de suporte ao Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia.
- Núcleo Estadual de Agroecologia - fomentar trabalhos de educação e divulgação da agroecologia no Estado; viabilizar ações de pesquisa em rede e de forma participativa; e buscar formas de financiamento da pesquisa em agroecologia.
- Programa de Microcrédito para a Agricultura Familiar, através do Banco do Povo. Constitui-se numa iniciativa a ser desenvolvida, uma vez que já existe a proposta, mas a mesma ainda não foi implementada.
- Programa Estadual de Certificação Participativa - iniciativa a ser estimulada inicialmente pelo Governo Estadual em conjunto com as organizações dos trabalhadores rurais e, posteriormente, deverá ser assumido integralmente pelas organizações afins.

Considerações Finais

Mesmo contando com diversas experiências no campo da agroecologia, o padrão de desenvolvimento da agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul ainda permanece baseado em poucas explorações, tendo como sistemas de produção predominantes a criação extensiva de bovinos de corte e as monoculturas de soja e milho, geralmente, em latifúndios.

A busca do resgate do conhecimento dos agricultores, na perspectiva da implantação de um outro modelo agrícola, mais equilibrado, sem a utilização de insumos químicos externos, e que desenvolva novas relações sociais, mais solidárias entre a comunidade rural e os consumidores urbanos, produzindo alimentos mais saudáveis, dependerá da conscientização e organização de toda a sociedade. Dentro desse contexto, a implementação de uma verdadeira reforma agrária e de uma reorganização fundiária no Estado é um aspecto fundamental.

Nesse sentido, a implantação de sistemas agroecológicos vai muito além de simplesmente deixar de usar agrotóxicos ou adubos químicos solúveis. É necessário, antes de mais nada, a mudança de conceitos, de valores, através do questionamento do modelo agroquímico atual, num processo contínuo, interativo e democrático de discussão entre agricultores, técnicos e a sociedade em geral, construindo novas relações sociais.

Com isso, é importante ressaltar o significativo potencial para o desenvolvimento da produção agroecológica no Estado de Mato Grosso do Sul, em virtude da grande biodiversidade existente na maioria

das regiões, aliado às condições edafoclimáticas favoráveis às diversas explorações agropecuárias. Esses aspectos favorecem a construção de agroecossistemas complexos, em conformidade com os preceitos da agroecologia, facilitando o estabelecimento de equilíbrio ecológico, obtenção de elevada produção biológica, a inserção das famílias no processo produtivo, resgatando aspectos culturais das comunidades rurais e a dignidade de viver no campo. Entretanto, é indispensável que o poder público, juntamente com os movimentos sociais e as organizações de agricultores familiares, assumam definitivamente a agroecologia como um componente estratégico para o desenvolvimento e a sustentabilidade das famílias rurais, com a seriedade, a persistência e o compromisso requeridos.